

**Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**  
**XVI Encontro Nacional de Economia Política**  
**Uberlândia - 2011**

**Área 4: Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo.**  
**Sub-área 4.3: Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo.**  
**Sessões Ordinárias**

**NOTAS SOBRE O DISCURSO DO FIM DO ESTADO-NAÇÃO: O IMPÉRIO DE ILUSÕES DE  
HARDT E NEGRI.**

Henrique Barros  
*Centro de Pesquisas Econômico-Sociais – CEPES/IEUFU*  
*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*  
*henriquebarros@ie.ufu.br*

José Rubens Damas Garlipp  
*Instituto de Economia – IE*  
*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*  
*jrgarlipp@ufu.br*

**RESUMO:**

O discurso pós-modernista de Antonio Negri e Michael Hardt sobre o Fim do Estado-Nação conquistou a adesão de boa parte dos intelectuais e agentes da Esquerda, transformando suas lutas na direção do abandono do Estado como o espaço fundamental para a mudança social. Assim, não bastando os argumentos constituídos pelo Liberalismo de fim do último século, que concebeu o Fim do Estado-nação pelo Fim da História, as reais possibilidades de mudança ficaram ainda menores com disseminação daquele novo discurso que arranja as forças sistêmicas em um confronto de um Império global contra uma Multidão de iguais. É isso que esse trabalho procura mostrar, detalhando a construção de tal discurso e delimitando o espaço em que existe. Afinal, o Estado-Nação ainda é uma sólida realidade.  
Palavras-chave: Estado-Nação; Império; Multidão.

**ABSTRACT:**

The post-modernist discourse of Antonio Negri and Michael Hardt about the End of Nation-State conquered the adhesion of many of Left intellectuals and agents, turning their struggles toward the abandonment of the State how the fundamental space for social change. Therefore, not simply the arguments made by the Liberalism of the end of last century, which conceived the End of the Nation-State by the End of the History, the real possibilities for change became even smaller with the spread of that new discourse which arranges the systemic forces in a clash of global Empire against a Multitude of equals. That's what this work pursuit to show, detailing the construction of such discourse and delimiting the space where it exist. After all, the Nation-State is still a solid reality.  
Keywords: Nation-State; Empire; Multitude.

**NOTAS SOBRE O DISCURSO DO FIM DO ESTADO-NAÇÃO: O IMPÉRIO DE ILUSÕES DE  
HARDT E NEGRI.**

Henrique Barros  
*Centro de Pesquisas Econômico-Sociais – CEPES/IEUFU*  
*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*  
*henriquebarros@ie.ufu.br*

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp  
*Instituto de Economia – IE*  
*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*  
*jrgarlipp@ufu.br*

À transição de século anotou-se o surgimento de um argumento radical: o Estado-nação teria chegado ao fim. Um argumento encampado por muitos e que não jorrou de uma única fonte, alcançando um amplo espectro de agentes sociais, mesmo quando alinhados a matrizes ideológicas contrapostas.

De fato, seu alcance foi enorme, não se limitando aos espaços acadêmicos, mas ocupando, quando não originário desses espaços, os mais diversos meios de comunicação, as estratégias empresariais e as ações dos formuladores de políticas públicas, dentre outros, produzindo intensos debates e significativas consequências.

De imediato, é preciso que se diga que não cabe aqui identificar toda a gama de discursos que apregoam o fim do Estado-nação, tampouco sistematizá-los em suas matrizes ideológicas e, muito menos, explicar a causa comum da emergência desse argumento em diferentes espaços. O objetivo deste trabalho é analisar um dos principais discursos que proclamam o fim do Estado-nação: aquele elaborado por Hardt e Negri, que expressa esse fim por conta do surgimento do Império.

O discurso do Império teve, e vem tendo, grande influência sobre os mais diversos movimentos sociais e, principalmente, sobre a profusão de saberes de importantes setores do meio acadêmico – fundamentalmente nas ciências humanas e sociais; motivos mais que suficientes para pautar sua análise como um elemento indispensável ao entendimento dos efeitos que produz sobre a capacidade de intervenção desses espaços na complexidade do real.

Nesse sentido, aqui se buscou entender a construção do conceito de Império antes mesmo de confrontá-lo com o imperativo do presente. Faz-se isso para ir além de todo o debate já existente em torno dessa conceituação, marcado significativamente por confrontá-la com as características do presente, ora negando-a, ora defendendo-a, sendo que sempre o mesmo presente tem sido absorvido por contrários e favoráveis.

Dessa maneira, na tentativa de compreender seu mecanismo de absorção do real, o objetivo é, essencialmente, apreender em que as suas origens se suportam, qual a História, qual o Passado que a estruturam. Assim, procurando conhecer o que é o Império, procurou-se entender como tal leitura equivocada do presente se apresenta.

### **A constituição do Império**

Hardt e Negri, em sua obra *Império* (2002), desenvolvem uma ampla e plural argumentação sobre o fim do Estado-nação, como consequência de uma transformação da “Soberania moderna”, que o legitimava, em uma nova soberania, a “Imperial”, que encerraria sua sustentação social e elencaria a “Multidão” como principal agente em luta contra uma força político-econômica que seria a nova expressão de poder e interesses do sistema capitalista, o “Império”.

De acordo com estes autores, o Estado-nação se construiu e encontrara legitimidade para sua existência na instituição da “Soberania moderna”, a partir da transferência de soberania do indivíduo para o corpo político deste. Uma transferência moldada pela crise permanente da modernidade: a luta do plano de imanência contra o transcendental, que se origina com a descoberta do primeiro, e que não se encerra com a consolidação da soberania moderna, perpassando toda a história até as recentes transformações do último século.

*“Tudo começou com uma revolução. Na Europa, entre 1200 e 1600, cobrindo distâncias que só mercadores e exércitos poderiam viajar e que só a invenção da imprensa mais tarde reduziria, algo extraordinário aconteceu. Seres humanos se declararam donos da própria vida, produtores de cidades e de história e inventores de céus. Herdaram uma consciência dualista, uma visão hierárquica da sociedade, uma idéia metafísica da ciência; mas passaram adiante, para as gerações futuras, uma idéia experimental de ciência, uma concepção constituinte de história e de cidades, e propuseram o ser como terreno imanente de conhecimento e de ação. O pensamento desse período inicial, nascido simultaneamente na política, na ciência, na arte, na filosofia e na teologia, demonstra a radicalidade das forças em ação na modernidade.” (HARDT e NEGRI, 2002:89)*  
*“O que há de revolucionário nesta série de desenvolvimentos filosóficos que vai do século XIII ao XVI é o fato de que os poderes de criação que anteriormente tinham sido consignados exclusivamente aos céus são agora trazidos para a terra. É a descoberta da plenitude do plano de imanência.” (HARDT e NEGRI, 2002:91)*

Esse teria sido o primeiro momento da construção da moderna soberania, e que traria consigo todo o potencial revolucionário que alimentaria a crise permanente da modernidade, pois a descoberta do plano de imanência representaria o reconhecimento dos “poderes deste mundo”, que instituiria um estado constante de questionamento sobre a necessidade da autoridade instaurada e seus limites pelas forças do “intelecto” em seu novo “conhecimento ontológico imanente”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Estaria fundada, assim, a permanente crise da modernidade: a busca por delimitar e enquadrar em uma moldura de poder de uns poucos o plano de imanência que permitia a liberdade da multidão.

*“...Identificamos três momentos na constituição da modernidade européia que articulam a configuração inicial do conceito moderno de soberania: primeiro, a descoberta revolucionária do plano de imanência; segundo, a reação contra essas forças imanentes e a crise na forma de autoridade; e terceiro, a resolução parcial e temporária dessa crise na formação do Estado moderno como um locus de soberania que transcende e medeia o plano de forças imanentes.”*  
(HARDT e NEGRI, 2002:88)

Nesse sentido, Hardt e Negri descrevem que os primeiros embates dessa crise se deram em meio à expansão renascentista, contrapondo suas forças de libertação e seu principal resultado político: a Reforma. Uma verdadeira “contra-revolução” para controlar o ímpeto revolucionário da reforma, que varreu a Europa ocidental a desagregar o sólido arranjo de poder da Igreja medieval com as estruturas políticas que produzia os mecanismos de disciplina da sociedade. O “Termidor” da revolução foi uma “iniciativa cultural, filosófica, social e política”, e o embate de forças para a limitação do plano de imanência, em sua intensidade inicial, jogou o espaço social em um estado de guerra civil. A Guerra dos Trinta Anos foi seu exemplo mais terrível e a luta de classes a face do sistema capitalista ordenando “a criatividade do novo modo de trabalho e a nova ordem de exploração”.

Assim, com a crise da modernidade se expressando intensamente em conflitos e guerras, com o “novo poder transcendente jogando com a ansiedade e o medo das massas”, rapidamente, a paz se tornou uma necessidade meramente funcional, “marcada simplesmente pela fadiga da luta e a usura das paixões”, ao invés de ter realizado o sonho humanista de paz como condição do ser. “O Termidor ganhara, a revolução terminou”. (HARDT e NEGRI, 2002)

A revolução havia sido domada, mas a crise não havia se revolido. A chama revolucionária do plano de imanência manteve-se acesa com “movimentos de renovação” que “continuaram seu trabalho de libertação pela base”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Anotado, então, o estado permanente de crise da modernidade, tais autores passam a descrever suas manifestações até o presente, elencando-as em duas linhas: a consolidação de um aparelho político transcendente e o entendimento metafísico das limitações do plano de imanência.

Para eles, já no século XVI, o trabalho de Jean Bodin, *Les Six livres de la République*, desvela a crise da modernidade e apresenta o desafio de construção de um aparelho político transcendente. Neste encontra-se uma concepção de Estado que constrói a si mesmo pela vitória de seu soberano sobre seus súditos, dando vida à república. O que se configurou como “uma contribuição seminal para a definição moderna de soberania”. (HARDT e NEGRI, 2002)

*“A soberania, sustenta Bodin, não pode ser produzida pela união do príncipe com a multidão, do público com o privado, nem podem seus problemas ser resolvidos enquanto nos apegarmos a uma idéia contratualista ou de direito natural. De fato, a origem do poder político e a definição de soberania consistem na vitória de um lado sobre o outro – vitória que faz de um o soberano e de outro o súdito. A força e a violência criam o soberano. As determinações físicas de poder impõem o plenitudo potestatis (a plenitude do poder).” (HARDT e NEGRI, 2002:115)*

Já durante o século XVII, o desenrolar dessa “reação” contra o plano de imanência com o projeto de concepção de tal aparelho político transcendente apresenta-se nas concepções de “Deus na terra” de Hobbes, no desenvolvimento da Escola do Direito Natural e em Descartes e sua racionalização do mundo.

Hobbes, em meados do século XVII, apresenta o soberano não como o vitorioso de uma construção histórica que pela força faz seus súditos, como pensa Bodin, mas como um “Deus na terra”, um soberano absoluto, que emerge de um pacto “implícito, anterior a toda ação ou opção social”, pelo qual todos lhe atribuem um poder absoluto e reconhecem a subserviência como solução para um estado de barbárie quando da autonomia incondicional destes:

*“De acordo com Hobbes, os desejos isolados dos diversos indivíduos convergem e são representados pelo desejo do soberano transcendente. A soberania é definida, dessa maneira, por transcendência e por representação, dois conceitos que a tradição*

*humanista propusera como contraditórios. De um lado, a importância do soberano é fundada não em um apoio teológico externo mas apenas na lógica imanente das relações humanas. De outro, a representação que funciona para legitimar esse poder soberano também o aliena completamente da multidão de súditos. ...Aqui o conceito de soberania moderna nasce em seu estado de excelente pureza. O contrato de associação é intrínseco ao contrato de subjugação e dele inseparável. Esse modelo de soberania apresenta a primeira solução política para a crise da modernidade.” (HARDT e NEGRI, 2002:101)*

Posteriormente, desenvolveu-se toda uma tradicional escola de pensamento fundada no Direito Natural, que trataria a legitimidade do soberano focando não o momento de sua fundação mas a sua reafirmação constante, uma passagem do momento em que o poder absoluto é constituído para seu exercício permanente expresso no aparelho burocrático do Estado em seus “processos institucionais e administrativos”, que articulariam os antagonismos da crise da modernidade para a concepção de um poder legítimo. Os antagonismos são observados, então, como parte orgânica do processo administrativo que os apreendendo trabalha para uma “unidade de poder”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Mais adiante, a crise da modernidade se “desdobraria” em uma nova força de negação do plano de imanência durante os séculos do Iluminismo. Um caminho que teria sido preparado por René Descartes, ainda na primeira metade do século XVII:

*“... Embora Descartes pretendesse buscar um novo projeto humanista de conhecimento, ele restabeleceu, de fato, a ordem transcendente. Quando fez da razão terreno exclusivo de mediação entre Deus e o mundo, na realidade reafirmou o dualismo como característica definidora da experiência e do pensamento. ...O hábil estratégia de Descartes, consiste basicamente nisto: quando trata da centralidade do pensamento na função transcendental de mediar, ele define uma espécie de resíduo de transcendência divina.” (HARDT e NEGRI, 2002:97)*

*“O reino da potencialidade, aberto pelo princípio humanista da subjetividade, é limitado, a priori pela imposição da autoridade e da ordem transcendentais. Descartes sub-repticiamente volta a propor uma teologia no terreno que os humanistas tinham limpado, e seu maquinismo é, decididamente transcendental.” (HARDT e NEGRI, 2002:98)*

Retomando a construção de um “aparelho político transcendente”, Hardt e Negri anotam a obra de Jean-Jacques Rousseau, de meados do século XVIII, como instituidora de um “republicanismo democrático”, fundado, em termos semelhantes aos de Hobbes, por meio de um contrato social que se apresentaria como uma vontade geral, fruto de acordo entre as

vontades individuais em que estas se alienariam da realização dessa vontade geral delegando poder e legitimidade ao “republicano absoluto”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Tal semelhança com o “deus na terra” de Hobbes apenas reafirma o paradoxo de representação já antes delineado por Jean Bodin:

*“...Pode-se dizer, corretamente, que a soberania existe apenas na monarquia, porque soberano só pode haver um. Se dois ou três ou muitos governassem, não haveria soberania, porque o soberano não pode estar sujeito à autoridade alheia. Formas políticas democráticas, plurais ou populares podem ser declaradas, mas a soberania moderna na realidade só tem uma figura política: um único poder transcendente.” (HARDT e NEGRI, 2002:102)*

É dessa forma que Rousseau constrói seu conceito de soberania. Pensada como soberania da sociedade em lugar da soberania de um rei. O que refletia o avanço da classe burguesa e a fragmentação do poder pela contestação ao poder único do soberano absoluto.

E é esse avanço do sistema capitalista que se afirmaria como “um conteúdo que preenche e sustenta a forma da autoridade soberana”, e teria permitido uma outra fundação para o aparelho político transcendente, dada pela racionalidade econômica vivenciada no mercado. O arcabouço teórico de Adam Smith seria o responsável por essa afirmação.

*“...O fato de esse estado intervir ou não intervir é secundário; o que importa é que ele dá conteúdo à mediação de interesses e representa o eixo da racionalidade dessa mediação. O transcendental político do Estado moderno é definido como transcendental econômico. A teoria de valor de Smith foi a alma e a substância do conceito do moderno Estado soberano.” (HARDT e NEGRI, 2002:104)*

Ademais, observou-se no século XVIII o desenvolvimento da “tradição realista (ou historicista) da teoria do Estado, que teria trazido o gérmen do vínculo entre soberania e a idéia de nação, em uma tentativa de “conceber a subjetividade do processo histórico e desse modo achar uma base efetiva para o título e o exercício da soberania”. Tal vínculo estaria presente na obra de Giambattista Vico e se consolidaria com a obra de J.G. Herder, onde “toda perfeição humana é, em certo sentido, nacional”. Dessa forma, construiu-se uma “continuidade social e cultural” em termos da “continuidade histórica real do território, da população e da nação”. (HARDT e NEGRI, 2002)

*“...A identidade é, dessa maneira, concebida não como resolução de diferenças sociais e históricas mas como produto de uma unidade primordial. A nação é uma figura completa de soberania prior ao desenvolvimento histórico; ou melhor, não há desenvolvimento*

*histórico que não esteja prefigurado na origem. Em outras palavras, a nação sustenta o conceito de soberania alegando que o precede. É a máquina material que percorre a história, o 'gênio' que a faz funcionar. A Nação se torna finalmente a condição de possibilidade de toda ação humana e da própria vida social.” (HARDT e NEGRI, 2002:118)*

O passo seguinte veio com a Revolução Francesa, que identificou o desenvolvimento do conceito de nação com o desenvolvimento da burguesia, “um conceito político construtivo, um mecanismo constitucional”, e expôs, assim, a linha de transcendência do instrumental político e realimentou a crise da modernidade, ao mesmo tempo em que buscou solucionar esse novo marco de questionamento lançando mão da construção do conceito de “povo”:

*“Nos pontos onde o conceito de nação foi apresentado como popular e revolucionário, como de fato o foi durante a Revolução Francesa, pode-se supor que a nação foi separada do conceito moderno de soberania e de seu aparelho de subjetividades e dominação, e dedicada a uma noção democrática de comunidade. ... O que parece revolucionário e libertador nessa noção de soberania nacional e popular, entretanto, nada mais é do que outra volta do parafuso, mais uma ampliação da subjugação e dominação que o conceito moderno de soberania trazia consigo desde o início. O precário poder da soberania como solução para a crise da modernidade foi primeiro citado como apoio à nação, e quando a nação também se revelou uma solução precária, foi aplicado ao povo. Em outras palavras, assim como o conceito de nação completa a noção de soberania alegando precedê-la, o conceito de povo completa o de nação mediante outra regressão lógica simulada.” (HARDT e NEGRI, 2002:119)*

Neste nível, o conceito de povo teria sido construído a partir da representação transcendente de uma raça comum a todos os membros da nação. Uma idéia de pureza que se fortaleceria pela prática do racismo, outra representação transcendente dos membros de outros territórios que determinava uma integração dualista desses “povos”. E assim a construção do povo cristalizaria a crise da modernidade, que pela concepção de raça e a prática de racismo que o definiria, traria o consolidar da transcendência pela manifestação de representação e dualismo, a um só tempo. O primeiro pelo “eclipse de diferenças internas pela representação de toda uma população por uma raça, uma classe ou um grupo hegemônico”, dando homogeneidade à nação, e o segundo por dar contraste e delimitar tal coesão. (HARDT e NEGRI, 2002)

Por sua vez, no plano metafísico, ainda no século XVIII, Immanuel Kant seria o responsável por consolidar o transcendental enquanto limitação às aspirações humanas. Diferenciar-se-ia de Descartes ao abandonar a teologia e definir o transcendental a partir da



“impossibilidade de cada forma de imediação, o exorcismo de toda figura vital na apreensão e na ação do ser”.

*“...Kant consegue pôr o sujeito no centro do horizonte metafísico mas ao mesmo tempo o controla mediante três operações que já mencionamos: o esvaziamento da experiência nos fenômenos, a redução do conhecimento à mediação intelectual e a neutralização da ação ética no esquematismo da razão. A mediação que Descartes invocou em sua reafirmação do dualismo é hipostasiada por Kant, não na divindade mas, ainda assim, numa crítica pseudo-ontológica – numa função ordenadora da consciência e num apetite indistinto da vontade. A humanidade é o centro do universo, mas não a humanidade que, pela arte e pela ação, fez de si mesma homohomo. É uma humanidade perdida na experiência, iludida na busca do ideal ético. Kant nos leva de volta à crise da modernidade, com plena consciência, quando propõe a descoberta do próprio sujeito como crise, mas essa crise é transformada em apologia do transcendental como único e exclusivo horizonte de conhecimento e ação. O mundo torna-se arquitetura de formas ideais, a única realidade que nos é concedida.” (HARDT e NEGRI, 2002, pág.98)*

Assim a crise da modernidade avança pelo século XIX, e é de Hegel o esforço teórico que consolida a transcendência do aparelho político moderno pela junção “em termos adequados e funcionais” das concepções de Hobbes, Rousseau e Smith, concebendo a soberania moderna como “soberania capitalista, uma forma de comando que superdetermina a relação entre individualidade e universalidade como função do desenvolvimento do capital”:

*“Quando a síntese de soberania e capital é plenamente alcançada, e a transcendência do poder é completamente transformada no exercício transcendental da autoridade, a soberania torna-se uma máquina política que governa toda a sociedade. Por meio de operações da máquina da soberania, a multidão se transforma, em todos os momentos, numa totalidade ordenada. ...A teoria essencial da soberania moderna, assim alcançando a maturidade, realiza o novo ‘indivíduo’ pela absorção da sociedade no poder. Aos poucos, enquanto a administração se desenvolve, a relação entre sociedade e poder, entre a multidão e o Estado soberano, fica invertida, de modo que agora é o poder e o Estado que produzem a sociedade.” (HARDT e NEGRI, 2002:105)*

Por esses caminhos estariam consolidados o conceito de soberania nacional e o aparelho político transcendente do Estado-nação. Esse momento teria sido o “apogeu” da soberania moderna. Contudo, a modernidade ainda se mantinha como crise e a sua continuação traria a construção do “Império”.

Nesse momento, a manutenção da soberania enquanto crise teria sido explicitada por Max Weber, que parte do reconhecimento de que a “abertura da modernidade é definida numa cisão – uma condição criativa de indivíduos e da multidão contra o processo de reapropriação estatal”, que busca legitimar-se tanto por “formas antigas e quase naturalistas”, o “deus na terra” ou o “soberano absoluto”, como pela “racionalização administrativa”, sendo esta “a forma mais eficaz do fim da modernidade”: duas formas que podem se entrelaçar de diversas maneiras para aprofundar o “controle da realidade social”. (HARDT E NEGRI, 2002)

*“A análise de Weber foi rapidamente encampada pelos escritores empenhados na crítica da modernidade, de Heidegger e Lukács a Horkheimer e Adorno. Todos reconheceram que Weber tinha revelado a ilusão da modernidade, a ilusão de que o dualismo antagônico que está na base da modernidade poderia ser subjugado numa síntese unitária abrangendo toda a sociedade e a política, incluídas as forças produtivas e as relações de produção. Eles reconheceram, finalmente, que a soberania moderna tinha passado do seu apogeu, começando a declinar”. (HARDT E NEGRI, 2002:107)*

Na base do declínio da modernidade estariam as transformações sociais engendradas no novo século XX. Pois estas foram marcadas pelo reconhecimento e vivência de um mundo desenhado pela pluralidade de diferenças, pelo hibridismo e pela mobilidade, características contrapostas à face da modernidade, vivenciada em termos de essencialismo e dualismo maniqueísta, racismo e delimitação de fronteiras de Estados-nação.

Estar-se-ia, com isso, de acordo com tais autores, vivenciando um novo levante do plano de imanência, que, ao libertar-se das representações que o controlavam, e fundavam o Estado-nação, transita do espaço limitado das fronteiras para a fluidez do universo supranacional. Um processo que fundaria o Império como mais uma tentativa de controlar as forças desse plano, agora arranjadas na forma da “Multidão”.

### **O Império e sua Multidão**

O Império é, então, para Hardt e Negri, a máquina de produção de uma verdade, em um não-lugar, sem bandeira e sem rosto, que reconhecendo e trabalhando o hibridismo e as singularidades da multidão, busca a amarrar dentro de uma nova ordem mundial, em que a relação do indivíduo se dá com todos, absorvendo as singularidades desses como o denominador comum que os une, valendo-se delas para a produção de um aparelho transcendental, político e cultural que os normalize e os controle.

Nesse universo, a expressão mais direta do instrumental político transcendental do Império é sua formação jurídica:

*“...Transformações jurídicas apontam, com efeito, para mudanças na constituição material da ordem e poder mundiais. A transição a que estamos assistindo, da lei internacional tradicional, que era definida por contratos e tratados, para a definição e constituição de um novo poder soberano e supranacional (e para uma noção imperial de direito), ainda que incompleta, nos dá uma estruturação na qual podemos ler os processos sociais totalizantes do Império.” (HARDT E NEGRI, 2002:27)*

E não se trata apenas de observar os organismos internacionais fundados sobre o caráter da supranacionalidade, um organograma jurídico supranacional, já que este, “mesmo quando entendido em termos dos mais avançados desenvolvimentos das Nações Unidas e de outras grandes organizações internacionais”, apresenta-se, na melhor das hipóteses, como resultado de arranjos multilaterais de Estados-nação. Bem mais que isso, deve se observar a construção de uma verdade e a sujeição das diversas forças sociais à mesma:

*“A esta altura, o problema no novo aparelho jurídico se nos apresenta em sua figura mais imediata: uma ordem global, uma justiça e um direito que ainda são virtuais mas que, apesar disso, já são aplicados em nós. Somos forçados, cada vez mais, a nos sentir participantes desta evolução, e somos chamados a assumir a responsabilidade pelo que ela se tornará dentro desse contexto. Nossa cidadania, como nossa responsabilidade ética, está situada dentro dessas novas dimensões – nosso poder e nossa impotência são medidos aqui.” (HARDT E NEGRI, 2002:37)*

*“...A constituição do Império não está sendo formada com apoio em qualquer mecanismo contratual ou com base em tratado, nem por intermédio de qualquer fonte federativa. A fonte de normatividade imperial nasceu de uma máquina, uma nova máquina econômica-industrial-comunicativa – em resumo uma máquina biopolítica organizada.” (HARDT E NEGRI, 2002:59)*

Por isso não se pode apoiar sua observação apenas no organograma jurídico supranacional, posto que essa verdade universalizante afeta os sistemas legais internos de cada Estado-nação, moldando-os e os condicionando à forma da “lei” supranacional:

*“...Por meio de sua transformação contemporânea da lei supranacional, o processo imperial de constituição tende direta ou indiretamente a penetrar e reconfigurar a lei interna dos Estados-nação, e dessa forma a lei supranacional poderosamente superdetermina a lei nacional.” (HARDT E NEGRI, 2002:35)*

O Império é, então, uma máquina de produção de verdades universais, um organismo rizomático que absorve todas as diferenças e as expressa como igualdade, e que também é *locus* de criação de identidades universalizantes, interligando aqueles antes tidos como diferentes e permitindo, assim, o diálogo.

Contudo, a constituição do Império é um processo ainda “em aberto”, pois traz no seu bojo uma contradição ainda não resolvida: se a criação de valores universais movimenta as engrenagens de “constituição material da nova ordem planetária, a consolidação de sua máquina administrativa e a produção de novas hierarquias de comando do espaço global”, a mesma é utilizada para dar legitimação à um direito de polícia que é marcado pela excepcionalidade de suas ações, o que acaba por imprimir naqueles valores universais uma instabilidade e flexibilidade que possibilita o questionamento de sua universalidade. Assim, esse direito de polícia enquanto poder dos “senhores dominantes da ordem mundial”, entendido tanto como “direito ou dever”, acaba por ser um desafio permanente ao Império, em sua capacidade de produzir a representatividade do universal. (HARDT e NEGRI, 2002)

Para isso, para realizar uma flexibilidade do universal, garantindo que ainda o seja visto como tal, o Império é forjado, permanentemente, com a liberdade de assumir a forma necessária para realizar sua verdade universal sobre as exceções:

*“...Para assumir o controle de situação tão completamente fluida, e dominá-la, é necessário assegurar a autoridade que intervém (1) a capacidade de definir, sempre de forma excepcional, as demandas de intervenção; e (2) a capacidade de mobilizar forças e instrumentos que, de várias maneiras, podem ser aplicados à pluralidade e diversidade dos arranjos em crise.” (HARDT E NEGRI, 2002:34)*

Uma liberdade possível porque o Império reside junto à verdade que produz, ou em outros termos, porque reside nos indivíduos que por ela são absorvidos. Nos termos de Foucault, em quem os autores se apoiam, trata-se da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, do mundo moderno para o pós-moderno, onde os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais “democráticos”, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Entretanto, há ainda espaços de resistências. E essas se dão pela consciência do universal e seu avanço por sobre as estruturas de representação que garantiam as diferenças como barreiras à integração. É, então, pelo fim dessas diferenças por meio da produção de verdades universais fundadas na liberdade de vivência do plano de imanência que surge a

Multidão: seres que se reconhecem apenas como iguais e têm a consciência do poder criativo e libertador de sua existência. (HARDT e NEGRI, 2002)

A Multidão é, assim, o contraposto ao Império. Surge enquanto vivência de verdades universais, mas não verdades produzidas pelo Império como forma de controlar as possibilidades da vivência do plano de imanência; surge de verdades construídas em resistências àquelas estruturas de representação que fundavam as diferenças enquanto barreiras de integração. Nesse sentido, é dessa forma que a Multidão acaba por ser o determinante do surgimento do Império: um aparelho político transcendental que só pode ser vencido se a máquina de produção de verdade for apropriada por essa Multidão, a única capaz, por essência, de fazer isto e sustentar seu funcionamento enquanto produtora de liberdade:

*“As massas revoltadas, seu desejo de libertação, suas experiências com a construção de alternativas e suas instâncias de poder constituinte apontaram, em seus melhores momentos, para a internacionalização e globalização das relações, para além das divisões de mando nacional, colonial e imperial. Em nossa época, esse desejo posto em movimento pela multidão foi atendido (de forma estranha e perversa mas apesar disso real) pela construção do Império. Pode-se até dizer que a construção do Império e de suas redes globais é uma resposta às diversas lutas contras as modernas máquinas de poder, e especificamente à luta de classes, ditada pelo desejo de libertação da multidão. A multidão exigiu o nascimento do Império.” (HARDT E NEGRI, 2002:60)*

Logo, é dessa forma que a pós-modernidade renova o embate entre o plano de imanência e o poder transcendental, reescrevendo a longa crise da origem da modernidade, agora entre a Multidão e o Império. Um embate em novos termos, com novas formas de resistência:

*“...Devíamos ser capazes de reconhecer que, o que as lutas perderam em extensão, duração e comunicabilidade ganharam em intensidade. Deveríamos ser capazes de reconhecer que embora todas essas batalhas se concentrem em suas circunstâncias locais e imediatas, ainda assim elas levantam problemas de relevância supranacional, problemas próprios da nova configuração da regulamentação capitalista imperial.” (HARDT E NEGRI, 2002:73)*  
*“Deveríamos ser capazes de reconhecer que isso não é o aparecimento de um novo ciclo de lutas internacionais, mas, antes, a emergência de uma nova qualidade de movimentos sociais. ...Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente, para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas*

*eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma de vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade.” (HARDT E NEGRI, 2002:74)*

Portanto, no mundo Imperial de Hardt e Negri, com as modernas formas de representação de poder e a máquina de produção de verdade absorvendo singularidades e criando universalidades flexíveis para a ação de um poder transcendental, a renovação das lutas e a possibilidade de libertar o potencial revolucionário do plano de imanência, apresentam-se como o desafio de realizar a vivência democrática na multidão, ou seja, a partilha total da máquina de produção da verdade e não a construção de uma outra verdade universal. E por isso, tanto Império quanto multidão buscam sua realização pelo fim do Estado-nação.

Em síntese, esse é o argumento que Hardt e Negri constroem para contar o fim do Estado-nação. E muitas foram as críticas desfechadas.

### **O império de ilusões**

O significado político da obra de tais autores, especialmente Império (2002), e o poder que sua argumentação alcançou garantiram-lhe um grande e contundente levante crítico. De fato, designando-se como um discurso crítico da ordem de poder vigente e considerando-se uma ampla e necessária revisão da constituição deste espaço crítico, sua argumentação se mostrou um maior incômodo neste espaço, onde atraiu adeptos e produziu contrários. Por certo, há um reconhecimento entre seus críticos de que tal obra sequer arranhou a ordem mundial que diz ser contra e por isso não provocou reações da ordem instituída, sendo isso o maior pé-de-apoio destes em seus ataques, ou contra-ataques, por assim dizer.

Contudo, em que pese a fundamental relevância dessas críticas, elas se valeram, fundamentalmente da caracterização do presente para contestar a obra de Hardt e Negri. Entretanto, aquilo que deveria ser mais que suficiente acaba por encontrar uma forte defesa daqueles que encampam o argumento daqueles autores. Mas isso, certamente, não poderia ser diferente: esse argumento é construído a partir de uma forte inquietação com o presente, uma necessidade de apreendê-lo e explicá-lo. Portanto, o mesmo presente já se coloca como entendido de forma diferente e mais descrições suas têm poucas chances de demonstrar equívocos. O debate nesses termos acaba por gerar uma discussão no melhor estilo cabo-de-

guerra, com cada lado dizendo que o presente está situado em seu mundo teórico e justifica suas bases e proposições.

Um bom exemplo disso foram as discussões em torno da Guerra do Iraque. Considerando as assertivas do fim do Estado-nação e das guerras imperialistas, desenvolvidas no argumento do Império, a Guerra do Iraque seria, para seus críticos, a veemente negação desse pelo presente: a guerra seria uma demonstração do poder imperialista dos Estados Unidos, levada à cabo sem a aceitação da Organização das Nações Unidas – ONU e da opinião pública mundial e fundada no enorme poderio militar estadunidense.

Entretanto, Hardt e Negri rebatem ainda dentro da unidade de sua teoria. Dizem que, pelo contrário, a guerra do Iraque ratifica sua teoria à medida que os Estados Unidos buscaram a permissão da ONU e a ajuda de aliados, e completam sua defesa pela forma como concebem o papel deste país na nova ordem mundial, em virtude das características de sua Constituição Nacional.<sup>1</sup>

Afinal, para estes, os Estados Unidos seriam os líderes do “Império”. Uma posição que lhe é legada pela forma como este país se desenvolveu guiado por sua Constituição Nacional, que já traria em seu bojo elementos da ordem imperial: “uma idéia de imanência do poder, em oposição ao caráter transcendente da moderna soberania européia” que “com base na expansão global do projeto constitucional interno dos EUA” inicia o projeto “constituente de Império”. (HARDT e NEGRI, 2002)

No mesmo sentido, outros eventos do Presente acabam por ser absorvidos no debate com igual tratamento. Mesmo obras de fôlego, como a de Atílio Boron (2002), que busca revisar criticamente todo o livro de Hardt e Negri, trabalha, fundamentalmente, com a fenomenologia do Presente.

Avaliando a forma deste debate teórico, podemos dizer, nos termos de Bobbio (1994), que este se alonga em recorrentes questões, por ambos os lados, por conta de um diálogo insuficiente. Isto porque, enquanto a obra de Hardt e Negri caracteriza-se por ser, basicamente, uma construção conceitual, seus críticos, mesmo muitas vezes valendo-se de interpretações conceituais, ideológicas e históricas, não conseguem apreendê-la em sua totalidade, isolá-la e desconstruí-la.

Goldman (2003), percorrendo sobre a obra de Hardt e Negri, apresenta o desenvolvimento do universo teórico destes como um caminho da construção dos conceitos

---

<sup>1</sup> Ver entrevista de Negri concedida à Verónica Gago.

de “Império” e “Multidão”, com arqueologia, genealogia, fenomenologia e deontologia, e que tais conceitos só se tornam “operativos” quando considerados em conjunto.

Nesses termos, pode se afirmar que o espaço sobre o qual se deu todo este embate seria, fundamentalmente, o da fenomenologia do Império, razão pela qual se fez necessário revisitar sua arqueologia e sua genealogia, para entender sua construção conceitual e buscar alcançar aquilo que lhe dá sustentação.

O fundamental, aqui, compartilhando a conclusão dos críticos do Império, qual seja, o Império como ilusão, é explicitar o porquê de entendê-lo dessa forma, valendo-se, contudo, de um outro diálogo que aquele sobre a fenomenologia do Presente, um diálogo sobre suas matrizes de apreensão do real.

Logo, resta aqui promover uma análise de como o arcabouço teórico de Hardt e Negri é erigido, revendo a construção conceitual de “Império” e de “Multidão” em confronto com a realidade histórica que lhe é correspondente e com suas próprias limitações conceituais, como forma de assentá-lo em seu devido lugar, determinando sua capacidade de explicar a atualidade do mundo e buscando conhecer a validade das críticas endossadas ao mesmo.

### **A ilusão do plano de imanência**

Pois bem, o primeiro momento a que devemos nos dedicar, nessa retomada, é a constituição do plano de imanência e a fundação da crise da modernidade, que, em seu desenvolvimento, teria realizado a soberania do Estado-nação.

Para aqueles autores, como se demonstrou, a crise da modernidade é o permanente estado de subjugação do plano de imanência por um poder de uns poucos. Um poder fundado na transcendentalidade e que impediria a realização do pleno potencial revolucionário e libertador daquele plano. Dessa forma, quando o plano de imanência se fez presente, com o Renascimento, toda a história desde então é a história das construções de um poder transcendental para aprisioná-lo, impedindo seu potencial libertador. Por isso, o primeiro questionamento que se deve enfrentar é sobre a realidade desse plano de imanência.

Certamente, a descoberta do plano de imanência, ou sua institucionalização, entendendo-a como o reconhecimento da responsabilidade de cada um por suas vidas e a possibilidade de não se deixar ser dominado por um poder transcendental, foi um importante passo para a construção de um ideal humanitário de liberdade.

De fato, a ciência cortou os céus e possibilitou mais que um olhar crítico sobre o real; possibilitou pensar transformá-lo de acordo com novos interesses, e foi fundamental para o



reconhecimento da igualdade entre os homens e da inexistência de forças sobrenaturais, valores indispensáveis ao ideal de humanidade livre.

Contudo, o plano de imanência não apareceu como uma realidade de libertação a todos, pois não os atingiu. Foi apreendido, ou até mesmo concebido, pode-se dizer, apenas por uma elite intelectual revolucionária que observava o plano de imanência em todo o seu potencial libertador.

Fora isso, os avanços da racionalidade e da ciência de então não se distribuíram de forma homogênea por todos, ou melhor, eles não produziram em cada ser a crise da busca pela libertação e livre vivência do plano de imanência, pois foram distribuídos pelas linhas de dominação de então, características de qualquer das relações de produção em que estavam imersas.

Assim, a idéia de potencial revolucionário do plano de imanência é limitada tanto porque a centralidade do ser é controlada mediante os arranjos vigentes de domínio de um sobre o outro, como também porque, condicionado por essa dominação, sequer se apresentou a todos. Só uns poucos tornaram a razão e a centralidade do ser uma vivência pensável, e a grande maioria desses ainda acabou por reescrever a lógica de domínio de uns por outros.

Logo, a crise da modernidade não pode ser entendida nos termos expostos em “Império”. Com as consideráveis limitações do plano de imanência, o caminho de construção de um aparelho político transcendente que os autores seguem para apresentar o desenvolvimento do conceito de soberania e nação não pode ser entendido apenas como uma estratégia permanente de conter o potencial revolucionário do plano de imanência sempre prestes a produzir a liberdade de todos os seres, mas, principalmente, como o desenrolar das relações de dominação mantidas, essencialmente, pelas relações de produção material.

Em outros termos, não se vivenciava, permanentemente, a quase libertação por meio da vivência plena do espaço de imanência; pelo contrário, se vivenciava o desenvolvimento de um aparelho que reescrevia as relações de dominação pela ciência e razão e, mais que isso, acabou por tornar-se o principal espaço dos conflitos dessas inerentes à essas relações.

E mesmo o caminho de construção do plano metafísico, por mais que se mostre como uma barreira à plenitude do plano de imanência, por buscar construir sempre um elemento de mediação, não pode ser entendido como elemento de confronto direto com tal plano e seu potencial libertador, posto que o mesmo apresenta-se como um sonho de poucos, sendo as transformações que o construíram, na concepção de seus intelectuais-fundadores, apreendidas pelo resto da sociedade em uma imbricada teia de dominação.

Não que não representem construções do poder vigente para se manter como tal. Mas são mais produtos de transformações sociais, principalmente políticas e econômicas, do que produtoras destas. E, o mais importante, com essas considerações estabelece-se o entendimento de que não há uma permanente possibilidade de revolução libertadora de uma multidão que passaria a viver em igualdade e democracia plenas, e que, portanto, as evoluções desse caminho não significam a saída por um triz do poder preste a cair, mas as transformações do poder que se torna cada vez mais forte, cada vez mais concentrado e excludente, principalmente com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Assim, a soberania do Estado-nação passa a ser entendida menos por ser sustentada por um conceito dualista, representativo e transcendente de raça e racismo e mais por ser produzida por um arranjo de poder que engendra seu domínio nas relações de produção de riqueza da sociedade, já que o poder no sistema capitalista está diretamente associado à riqueza material.

São as concepções de sociedade da burguesia que acabam por se realizar em argumentos e materialidade. Os conceitos de soberania, nação, povo, raça e racismo são construídos em diferentes momentos para apreender as transformações engendradas pela sociedade do capital. Evidentemente, tais conceitos se relacionam de forma diferente com tal sociedade, pois ora são construídos e utilizados tanto para destruí-la como para revigorá-la, o que torna difícil visualizá-los em absoluto como produto do capital. Porém, os limites desse universo já são dados pelo capital.

Esse entendimento é fundamental para interpretar os impactos das transformações do novo século.

Como descrito, de acordo com Hardt e Negri, a nova sociedade que atravessou o século XX em sua constituição seria marcada pela vivência de hibridismos e mobilidade e, portanto, o amálgama da nação estaria desfeito. O Estado-nação teria encontrado seu fim. Estaríamos vivenciando o “Império”, um mundo sem fronteiras, de núcleo onipresente, que se desdobrou da crise da modernidade e ainda seria marcado pela crise, já que agora seria confrontado pela nova expressão do plano de imanência: a “Multidão”.

Contudo, o abandono dos paradigmas de representatividade transcendental não significa, por si, o fim do Estado-nação, já que sua solidez residiria no papel que representa no sistema capitalista. Dessa forma, para observar se houve, e em que termos se deu, alguma transformação da condição existencial do Estado-nação, é preciso analisar as transformações do sistema capitalista. Temos de descer à casa de máquinas do mundo, observar suas engrenagens e aquilo que as azeita.

Nesse sentido, no próprio argumento de Hardt e Negri encontramos um bom ponto de partida. Este seria o reconhecimento de que o abandono do mundo de dualismos maniqueístas de nenhum modo significa uma derrota para o sistema capitalista, já que o mesmo não se opõe a heterogeneidade social, e mesmo se alimenta de diferenças.

*“...o mercado capitalista é uma máquina que sempre foi de encontro a qualquer divisão entre o dentro e o fora. Ele é contrariado por barreiras e exclusões; e floresce quando inclui mais e mais em sua esfera. O lucro só pode ser gerado pelo contato, pelo compromisso, pelo intercâmbio e pelo comércio. A realização do mercado mundial constituiria o ponto de chegada dessa tendência. Em sua forma ideal, não há exterior para o mercado mundial: o globo inteiro é o seu domínio.” (HARDT e NEGRI, 2002:209)*

Esta seria a lucidez que teria lhes permitido seguir por um caminho mais condizente com a realidade de nosso mundo, mas que se perdeu em seus argumentos.

Para Hardt e Negri, o fim do Estado-nação foi engendrado pelo poder transcendente. Por ele e pela multidão, que enquanto se constituía como tal, exigia o nascimento do Império. Embate que se expressou nas transformações político-econômicas do século XX, designadas pelo termo “globalização”.

O que teria acontecido foi que a transnacionalização das empresas e a integração dos mercados teriam sido fundadas na absorção das diferenças enquanto uma virtude social, o que tornaria o hibridismo não só reconhecido como também algo a ser produzido, tornando vazia e insignificante a representação de pureza racial e o racismo que sustentariam o Estado-nação.

Em outros de seus termos, a necessidade de consumidores e trabalhadores que fossem reconhecidos enquanto seres sociais levou o poder transcendente a produzir iguais pelo mundo, independentemente de fronteiras territoriais, organizando-os por uma produção de subjetividade, por uma ordem de biopoder, fundada e revista constantemente por uma máquina de produção de verdades universais. A globalização seria o Império em expansão, em que pese que, para Hardt e Negri, essa integração seria cada vez menos só de mercado, mas, cada vez mais, de vida social, de indivíduos que não mais veriam sua identidade relacionada à uma bandeira nacional, posto que se veriam iguais a todos em todos os lugares, mesmo valorizando ainda mais suas diferenças.

Porém, o que falta a esta análise, em consonância com as considerações feitas ao processo de fundação de soberania, é entender melhor como se deu a transnacionalização do capital, primeiro produtiva e depois financeira, e observar qual foi o papel do Estado nesse processo.

Ora, há muito já se sabe que as transformações do sistema capitalista não respondem, senão, aos desígnios da lógica do capital em se transformar em mais capital de forma cada vez mais rápida, e a história do sistema capitalista é a história dessa força interagindo com as estruturas políticas do Estado. Mesmo se aqui se desconsiderasse todo o processo de fundação das economias nacionais, e se observasse apenas o momento de transnacionalização do capital que se inicia com a transnacionalização produtiva no final do século XIX, ainda assim se verifica que este se realiza tendo o Estado como agente fundamental, seja pelo estabelecimento de acordos entre países ou ainda mais diretamente pelo apoio direto às indústrias de seu território, tanto por apoio financeiro quanto por políticas imperialistas.

Por conta disso, a ausência de luz sobre estes fenômenos funciona então como elemento de contraste para identificar e melhor qualificar o argumento sobre Globalização que Hardt e Negri apresentam. Fica evidente, então, que tais autores apenas reproduzem o novo corpo ideológico do mercado, erigido no último quartel do século XX, e que logrou dominar as mais diversas esferas sociais. Um levante de um novo arranjo societário que vem sendo chamado de Neoliberalismo.

O que Hardt e Negri realizam como o mundo do Império não é, senão, o mundo do capital e seu discurso.

É por isso que, a partir da consideração de que a soberania do Estado-nação está fundada não em termos de representatividade transcendental de raça, povo e nação, mas que se assenta no Estado como espaço de construção das relações capitalistas de produção e distribuição de riqueza, e que se considera como Hardt e Negri entendem as transformações político-econômicas do século XX, que se pode compreender como essa análise produz o mesmo resultado daqueles argumentos encampados pelo Neoliberalismo.

Logo, todas as críticas apresentadas a este último podem ser transpostas para cá, e todas as críticas direcionadas ao Império ganham sustentação para suprimir a argumentação de Hardt e Negri. Os argumentos de Boron, Kohan, Rush e outros já não mais podem ser absorvidos pelo mundo do Império, pois sua suposta genealogia mostrou-se uma vã ilusão.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.
- BOBBIO, N. Premissa. BOBBIO, N. e BOVERO, M. *Sociedade e Estado Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª Ed., pp. 7-10, 1994.
- BORON, ATILIO A. *Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 1a ed. 6a reimp., 2004.
- DOBB, M. Do Feudalismo para o capitalismo. HILTON, R. et al. (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Ed., 1995.
- FIORI, J.L. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2ª Ed., pp.11-64, 2004.
- GAGO, VERÓNICA. *A derrota dos EUA é política, diz Negri*. Disponível em: <http://revistaglobal.wordpress.com/2005/11/01/a-derrota-dos-eua-e-politica-diz-negri/#more-4>. Acesso em: julho de 2008.
- GARLIPP, J.R.D. *Economia desregrada. Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2001.
- GOLDMAN, MARCIO. Poder e resistência: um ensaio sobre a dimensão conceitual do "Império". *Revista Mana*, Rio de Janeiro: vol.9, nº 2, out/2003.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 5ª ed., 2003.
- HOBBSBAWM, E.J. Do Feudalismo para o capitalismo. HILTON, R. et al. (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Ed., 1995.
- KOHAN, NÉSTOR. O Império de Hardt & Negri: para além de modas, “ondas” e furores. BORON, ATILIO A. (Org.). *Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. São Paulo: CLACSO/USP, pp. 347 – 368, 2006.
- KURZ, ROBERT. O complexo de Harry Potter. *Caderno Mais. Folha de São Paulo*. 30/10/2005.

LUZ, AFONSO. *Paulo Arantes e Peter Pál Pelbart discutem "Império", de Negri e Hardt*. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1668,1.shl>. Acesso em: julho de 2008.

MATTAR, M. E. et al. *'É preciso retomar o contato com as bases'*. [Entrevista com Antônio Negri]. Disponível em: [http://www.universidadenomade.\(Org.\).br/](http://www.universidadenomade.(Org.).br/). Acesso em: julho de 2008.

PELBART, PETER P. *Biopolítica e Biopotência no coração do Império*. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article41>. Acesso em: julho de 2008.

RUSH, ALAN. A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos. BORON, ATILIO A. (Org.). *Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. São Paulo: CLACSO/USP. pp. 307 – 327, 2006.

VULLIAMY, ED. *Comentarios - 'Imperio' devuelve el golpe*. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=529>. Acesso em: julho de 2008.